

SÍNTESE POLÍTICA

TRÊS MESES SOB O GOVERNO DA REVOLUÇÃO

Está a revolução de março correspondendo inteiramente aos ideais e objetivos dos que tomaram posição, discreta ou ostensiva, contra as forças de subversão e corrupção apoiadas, estimuladas, fortalecidas sob o Governo anterior? Talvez sim, talvez não. Frutos da ação humana, as revoluções, como tudo o mais, não atingem nunca, no plano das realidades concretas, as excelências das formulações teóricas. Esta é a lição da História, ao longo dos tempos. No caso do Brasil, há a assinalar, neste breve período de três meses, fatos positivos bastante animadores, sob diferentes aspectos. Há um esforço em marcha. Homens sérios e dignos lutam, no governo, pelo saneamento moral da vida pública, pelo encaminhamento das reformas essenciais, pela restauração econômica e financeira. A subversão está contida; a corrupção, eliminada; a demagogia, sem caixa de ressonância. Cumpre-nos, a todos, confiar e ajudar. Aos que, impacientes, cedo se desiludem, um reparo, apenas: ruim com ela, pior sem ela...

NOS últimos dias de março, podia-se sentir, quase palpar, no seio do povo brasileiro, mal contendo a desesperança crescente, a dúvida de que os dirigentes das classes armadas consentissem no desfecho que parecia cada vez mais iminente. A par disso, sem perceber-se que já se achava em curso a conspiração revolucionária, isto é, contra a guerra revolucionária em marcha, crescia o receio de que, se e quando aquêles dirigentes se

dispussem a tentar salvar a queda do despenhadeiro da subversão totalitária, não mais o conseguissem e então entrasse o país no estado de guerra civil que seria a maior de nossas desgraças.

Foi lastimável, porque inevitavelmente importa num retrocesso, ou pelo menos um hiato em nossa tão desejada evolução democrática, que se impusesse aquêles dilema, ou seja, que se houvesse tornado impossível esperar a oportunidade

constitucional a fim de, pelo processo eleitoral, reconduzir a República às trilhas condizentes com a formação ideológica e a vontade do povo.

De fato, não restou alternativa aos que se decidiram a conter a desordem, a indisciplina, a corrupção, a ambição que se misturavam ao esquema de comunização importado de procedências diversas. Felizmente não prevaleceu nos espíritos aquela acomodação, aquela demissão que em outras oportunidades foi erigida à condição de profunda maturidade política e fidelidade à democracia e que resultou em agravamento dos problemas institucionais. E, providencialmente, funcionando êsse mesmo amolecimento ou capitulacionismo no sentido da ordem e da salvação dos princípios legítimos da consciência nacional, o levante tornou-se vitorioso sem derramamento de sangue de irmãos.

Sem dúvida, a instantaneidade da vitória produz uma perplexidade sempre danosa a movimentos dessa natureza.

É opinião arraigada de muitos observadores da vida pública brasileira que a falta de maior participação de homens bons nas lutas políticas e, sobretudo, a abstenção de tais homens, quando investidos de alguma liderança ou força militar, de intervirem decisivamente nas crises do regime, seguramente resultam do fato de se intimidarem êles com o vulto das dificuldades de governo e não disporem de idéias próprias ou de equipes para enfrentá-las se o poder lhes caísse nas mãos.

Os chefes da Revolução de 31 de março não constituíam um gru-

po homogêneo nas razões que os moveram nem no tempo em que se resolveram a agir. Daí haverem começado a surgir algumas dissensões e, sobretudo, terem ocorrido tantas hesitações porventura tão graves quanto os erros efetivamente cometidos.

A primeira grande hesitação foi em relação ao próprio alcance, extensão e conseqüências da vacância forçada do governo e da ruptura verificada na ordem jurídica, assim como na necessidade de instrumentação da defesa da nova situação contra os elementos subversivos e contra os rearticuladores da restauração de costumes políticos profundamente influentes na geração do caos a que se chegara.

Em socorro dos revolucionários, enredados em escrúpulos significativos sobretudo daquela perplexidade e indefinição de objetivos maduramente fixados, mobilizaram-se artifícios de uma juridicização que lhes parecia indispensável. Daí, o Ato Institucional, que se pode considerar um documento de harmonia da violência realisticamente indispensável com uma verdadeira timidez.

Por violência se entende a atribuição, ao próprio comando revolucionário e, após a eleição do Presidente da República pelo Congresso, ao Chefe do Governo, da faculdade de cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos de forma sumária. A timidez está patente na limitação, ao corrente período presidencial, da vigência de modificações na Constituição Federal.

Tendo poderes até para outorgar uma nova Constituição, ou, pelo menos, suspender indefinidamente

quaisquer dispositivos da atual, a Revolução mostrou, desde o início, respeito às datas fixadas para as próximas eleições presidenciais e a posse de quem delas sair vitorioso.

Daquela capacidade de expurgo, prevista no art. 10 do Ato Institucional, fêz-se uso pelo restrito prazo de sessenta dias — outra autolimitação voluntária por parte dos que o editaram — cassando mandatos de 5 governadores, 3 vice-governadores, 2 senadores, 56 deputados federais e 60 estaduais, 25 prefeitos e numerosos vereadores municipais. Em consequência da suspensão de direitos políticos, foram afastados de seus postos e cargos chefes militares, diplomatas, ocupantes de diversas funções públicas.

Foi uma tarefa difícil, cumprida com a natural falibilidade humana, nos excessos e nas omissões, sendo fora de dúvida que as decisões se tornaram tanto mais notadas e criticadas quanto mais tardaram a tomá-las.

Para a instrução destas e para a continuidade de providências que ainda até 9 de outubro poderão surgir contra funcionários e militares encontrados em culpa, instituíram-se numerosas comissões de inquérito, orientadas por uma comissão central, e cuja atuação sofre dos males resultantes ora de exacerbação, ora de inexperiência, ora de inabilidade. De sorte que, se, de um lado, pode ser considerada impressionante a documentação colhida sobre a trama da subversão comunista em curso dentro do passado governo e sobre o negocismo e a corrupção, por outro lado também vieram a público,

sensacionalizadas, verdadeiras puerilidades, e injustiças graves foram cometidas.

As atividades inquiridoras e punitivas passaram a absorver de tal modo alguns setores mais responsáveis da Revolução e, ao mesmo tempo, a ascensão de novas autoridades não familiarizadas com os serviços que lhes foram entregues produziram uma freada tão prolongada na administração, que consequências graves se fizeram sentir e outras repercutirão mais adiante.

Afinal, o período mais dramático cessou a 15 de junho, declarando-se o governo no início de nova fase, da fase eminentemente construtiva.

Será de lastimar, como foi em alguns episódios, que ainda no seu esforço de desconstrução a Revolução atinja também atividades sociais que visavam precisamente a competir com o comunismo, opor-lhe fórmulas de atendimento de reivindicações e de necessidades humanas que êle utilizava como incitamento à luta de classes.

E, quanto ao aspecto dinâmico, cabia-lhe afirmar-se com a sua própria mensagem, evitando tornar-se simples eco de *slogans* da véspera, porém mostrando plena sensibilidade ante as esperanças populares despertadas pela participação maior nos processos políticos e econômicos e pela irreversibilidade do progresso social.

Essa mensagem tem de ser, quanto antes, expressa em proposições, atos e, mais do que isso, numa intensidade de ação que se torne visível aos olhos do povo.

Não recomendou aos membros do governo como estadistas a hesitação em fase de um dos proble-

mas urgentes com que se defrontou — a legislação do inquilinato cuja prorrogação era inevitável por falta de tempo para oferecer-lhe uma substituta. Hesitação maior e de conseqüências graves verificou-se em relação à política de comercialização do café.

Necessitava o Executivo aproveitar as possibilidades excepcionais com que conta — a ausência de compromissos partidários, o apoio maciço das forças armadas, facilidades legislativas proporcionadas pelo Ato Institucional.

Essas possibilidades irão diminuindo até porventura se chegando a uma reabertura de problemas institucionais, como um desafio à situação, à medida que se acentuem dissensões, tomadas de posição, crescimento de agressividade da parte de líderes políticos, de grupos de interesse, de líderes militares mais uma vez arrastados pelo maquiavelismo primário de velhos detentores de influência e poder.

Na chamada operação limpeza a rapidez de decisão em relação a elementos notórios do ponto-de-vista da corrupção ou do comprometimento com a subversão, frequentemente de ambos, consagrou possíveis erros e excessos cometidos, enquanto a hesitação, o enredamento, a imobilidade diante de paredros que se bandearam tarde e calculadamente tiveram efeitos penosos para o prestígio da Revolução. De igual modo, estarão perdidas esperanças de êxito se a prudência governamental deixar intocados certos problemas fundamentais e especialmente críticos, teclas insistentemente batidas como o crônico e crescente regime defici-

tário de serviços públicos, a política do café, os depósitos de brasileiros no exterior, sobretudo a questão do abastecimento em termos de produção suficiente, fatura.

Seria injusto, e negar a evidência, dizer que nada fez o governo em seu primeiro trimestre. Sintetizando com a nova situação, o próprio Congresso acelerou suas atividades, embora, na gestão de sua economia interna, incluído o problema constitucional da remuneração de seus membros, demonstre a mesma insensibilidade de sempre, e, tecnicamente, esteja dando demonstrações de fragilidade tão lamentável quanto a sua falta de representatividade autêntica.

Aprovou apresadamente uma das leis devidas desde 1946, a de regulamentação do direito de greve.

Em atendimento ao Executivo, aprovou as leis de aumento dos vencimentos dos civis e militares, assuntos em cujo tratamento o governo agiu com uma chocante desigualdade de critério.

Passou a examinar também, no ritmo e conforme o rito imposto pelo Ato Institucional, proposições sobre a reforma bancária, outra velha dívida do Legislativo, o plano habitacional, modificações à legislação tributária e outros assuntos.

No estudo destes, inclusive no da reforma agrária, é pena que se verifique, por vêzes, nos trabalhos das equipes incumbidas desses estudos, certo desencontro que, se não fôr controlado nos altos conselhos ministeriais, pode produzir efeitos contraditórios, a anulação

dos resultados de certas medidas por força de outras.

Governo que não necessita de popularidade, no sentido superficial da expressão, o que a Revolução trouxe precisa, como qualquer outro, de afinação com a opinião pública e de lastro político, não partidário, mas direto das fontes. É, infelizmente, a herança negativa que recebeu, o caráter antiipático — porque imediatamente danoso à economia das classes assalariadas — de certas providências, a inabilidade com que foram tomadas certas atitudes, o agravamento do custo de vida estabeleceu um clima frio para a situação. Isto ocorre não obstante a permanência de uma posição de respeito e prestígio como é a conquistada e mantida pelo Presidente da República. São de especial significação, com a melhor ressonância, os seus pronunciamentos de natureza política ou relativos aos problemas administrativos e aos do equilíbrio nacional, destacando-se, recentemente, os proferidos no Nordeste.

De tais pronunciamentos constou a reiteração da vontade presidencial em consonância com o Ato Institucional relativamente à normalidade da consulta eleitoral, pelo menos quanto ao tempo.

Essa atitude despertou diferentes reações entre os partidários da Revolução, logo surgindo diversas fórmulas tendentes ao adiamento daquela consulta, para fazê-la coincidente com o pleito geral para o parlamento, assim como a substituição da eleição direta, na próxima oportunidade, pela eleição indireta, excluída a inelegibilidade do atual presidente.

Quanto a êste, manteve a respeito de tão visível encaminhamento de sua permanência no governo a mais estrita reserva, desautorizando demarches com tal objetivo. Preferiu voltar-se para outros aspectos do problema, como o direito de voto ao analfabeto e o de elegibilidade dos militares subordinados — temas cujo encaminhamento, no governo deposto, tinha ostensivas marcas subversivas —, assim como a exigência da maioria absoluta para a eleição presidencial, sempre por via direta.

As resistências logo levantadas, quando referentes a teses herdadas da situação anterior, fundamentam-se em razões novas ou adicionais, enquanto em relação a outras obedecem a motivos táticos.

Contra a exigência da maioria absoluta, doutrinariamente correta, levantam-se objeções pertinentes à demasia de partidos e às fórmulas de decisão pelo Congresso, sobretudo quando êste se encontra, como acima ficou anotado, esvaziado de sua autenticidade como órgão representativo do povo.

Quanto à oportunidade, em si, da consulta às urnas, culpa-se a Revolução de, com a cassação de mandatos, inclusive do mais antigo, pertinaz e ostensivo candidato à sucessão presidencial em 1965, haver criado ou agravado um "cepticismo eleitoral" naturalmente muito danoso à evolução democrática do país. Esse cepticismo jamais foi tão profundo como em 1961, quando da renúncia do Sr. JÂNIO QUADROS. Com a preocupação de evitar aquele fenômeno, porém, não se justifica o açodamento em restabelecer uma rotina viciada para a qual não existam ainda

SINTESE POLITICA

condições adequadas — é o argumento dos que sentem estar o povo cansado, desanimado para comícios, enquanto os profissionais do voto e do clientelismo eleitoral estão abafando suas ansiedades.

A crueldade desses homens contra o país não tem limites. Tentaram eles dividir as forças armadas no episódio da eleição do Marechal CASTELO BRANCO e continuam tentando o mesmo propósito com um candidato militar *in petto*, o qual seria o General AMAURI KRUEL.

Numa resenha pertinente ao período abril-junho, não se dispõe de elementos sobre um fator de importância apocalíptica na política brasileira, ora ausente, em missão de esclarecimentos sobre a Revolução no exterior, o Sr. CARLOS LACERDA. De seu comportamento, ao regressar, em face dos erros e omissões governamentais e dos debates institucionais, dependerá muito a polarização de certas correntes em relação aos diversos aspectos da conjuntura nacional.

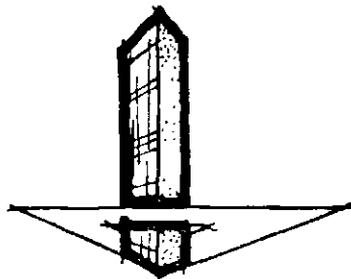
Sua candidatura correria o risco de esvaziar-se caso a Revolução,

além de punir e impedir a corrupção, realizasse alguns dos itens mais corajosamente pregados pelo governador da Guanabara e mostrasse resultados práticos imediatos de sua ação administrativa. Do contrário, estará em condições de catalisar muitas adesões como também, necessariamente, conduzir a muitas radicalizações no sentido oposto.

O adiamento da deflagração desses problemas, inclusive com a atitude de máxima prudência de outros candidatos, foi benéfico ao governo e ao país, a braços com outros, notadamente os efeitos de medidas antiinflacionárias que agravaram os preços de gêneros e utilidades de maior consumo.

Resta que todos quantos refletam nos perigos de que a Revolução os salvou e dêem o devido apreço ao saneamento moral da vida administrativa contribuam ativamente para se ultrapassar, de maneira feliz e definitiva, a difícil fase de transição e conquistar-se uma situação futura bastante sólida para livrar-nos da reprodução daqueles males e perigos.

JOÃO FORTES
ENGENHARIA SA



CONSTRUÇÕES * INCORPORAÇÕES * ADMINISTRAÇÕES
RUA MEXICO 21 GRUPO 202 TELS. 22 22 15 - 32 39 29